Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 16 Nº 33, Jul - Dez de 2024
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Notas sobre as Contribuições da Sociologia Histórica às Relações Internacionais

Notes on the Contributions of Historical Sociology to International Relations

Thiago Babo[*]
Nicole Dalmiglio[**]

Resumo: O uso da História e da Sociologia nos estudos das Relações Internacionais (RI) configuraram algumas específicas abordagens ao longo do desenvolvimento da disciplina – através dos trabalhos de Edward Carr, por exemplo, mas também em uma tradição francesa do pós-guerra, a partir de Raymond Aron e Marcel Merle. A junção destas duas disciplinas, através da criação da Sociologia Histórica (SH), no final dos anos de 1970, proporcionou ganhos analíticos reais para os estudos dos fenômenos internacionais, fazendo com que muitos destes sociólogos buscassem interações com o campo das RI para a compreensão de processos macro-históricos. Dessa forma, este artigo tem por objetivo compreender em que medida a SH pode colaborar com o campo das RI, ao apresentar uma alternativa factível à entendimentos estáticos e ahistoricistas da disciplina. Buscaremos demonstrar, também, a importância da SH enquanto abordagem teórica-metodológica capaz de contribuir com a proliferação do campo da História das RI.
Palavras-Chave: Sociologia Histórica. História das Relações Internacionais. Relações Internacionais.

Abstract: The use of History and Sociology in the studies of International Relations (IR) has shaped several specific approaches throughout the development of the discipline—through the works of Edward Carr, for example, as well as within a post-war French tradition, stemming from Raymond Aron and Marcel Merle. The

[*] Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenador do Centro de Estudos em Conflito e Paz (CCP) e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI) da Universidade de São Paulo. Professor de Relações Internacionais da Universidade Católica de Santos.
[**] Doutoranda em Relações Internacionais no Programa San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), com pesquisa financiada pela Fapesp. Possui Mestrado em Gestão de Políticas Públicas (2023) pela Universidade de São Paulo (USP) e Bacharelado em Relações Internacionais (2020) pela Universidade Católica de Santos. Pesquisadora no projeto "PROINDL - Tecnologias de Inteligência Artificial para o Fortalecimento de Línguas Indígenas no Brasil" no Center for Artificial Intelligence (C4AI - USP/FAPESP/IBM).

synthesis of these two disciplines, through the establishment of Historical Sociology (HS) in the late 1970s, provided significant analytical gains for the study of international phenomena, prompting many of these sociologists to seek interactions with the field of IR for the understanding of macro-historical processes. Thus, this article aims to understand to what extent HS can contribute to the field of IR, by presenting a feasible alternative to static and ahistorical understandings of the discipline. We will also seek to demonstrate the importance of HS as a theoretical-methodological approach capable of contributing to the proliferation of the field of the History of IR.
Key-Words: Historical Sociology. History of International Relations. International Relations.

Introdução

O campo da *História das Relações Internacionais* (HRI) constitui-se enquanto um dos pilares fundamentais no desenvolvimento da disciplina das Relações Internacionais (RI) no Brasil[1], contrapondo-se, por exemplo, aos desdobramentos disciplinares nos Estados Unidos da América, onde a leitura e interpretação histórica fora renegada e marginalizada, dando preferência a abordagens ahistóricas e ahistoricistas (HOFFMANN, 1977; HOBSON, 2002a) que dominaram o debate das RI durante décadas. Enquanto as Relações Internacionais na academia norte-americana se encontram numa prisão da Ciência Política (ROSENBERG, 2016), diferentes campos das RI foram influenciados e caracterizados por distintas interações disciplinares.

Como consequência das inúmeras missões franceses às academias brasileiras (cf. MERKEL, 2024), a HRI no Brasil reflete, primordialmente, a primazia do debate historiográfico francês, com a predominância de tradições ligadas, ora à Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, ora a 'Escola dos Annales' – com nomes influentes como Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel. Diferentemente do desenvolvimento do campo das HRI em outros países, no Brasil este processo se

[1] A disciplina de História das Relações Internacionais, altamente influenciada pelo debate francês, principalmente a partir dos trabalhos de Pierre Renouvin (1893-1974) e Jean-Baptiste Duroselle (1917-1994), teve um papel fundamental na constituição do campo das Relações Internacionais no Brasil. Sobre essa influência e o papel pioneiro da Professora Maria Yedda Linhares, cf. MORELI et al. 2022.

dará, então, a partir de um forte vínculo com o debate trazido pelos intelectuais franceses, no início do século XX, que, a partir de convênios formados pelos governos brasileiro e francês, buscaram constituir uma primeira geração de cientistas sociais e historiadores nas universidades brasileiras, a partir da década de 1930.

Contudo, abordagens históricas distintas se desenvolveram ao redor do mundo, impactando diferentes campos disciplinares das Relações Internacionais, refletindo, assim, as dinâmicas próprias dos estudos sociais e históricos de cada local. Isso se torna evidente ao compreender a importância de Edward Carr para a constituição do campo das RI na Inglaterra, a partir de uma leitura histórica de vertente marxista – embora, a partir dos anos de 1960, os trabalhos da chama 'Escolha Inglesa das Relações Internacionais' tenham retirado o caráter marxista, mantendo, mesmo assim, a centralidade das pesquisas historiográficas para a compreensão das dinâmicas da política internacional, principalmente a partir das contribuições deixadas por Adam Watson (1992). Mesmo assim, essa tradição histórica marxista no campo inglês pode ser muito bem encontrada nos trabalhos de Fred Halliday e sua busca por um materialismo histórico das relações internacionais (HALLIDAY, 1999).

Além da influência do pensamento de Karl Marx para a constituição de uma abordagem histórica às RI, o pensamento social de Max Weber teve, também, uma importância fundamental para a consolidação de pesquisas de cunho histórico nas ciências sociais, como um todo (KALBERG, 1994). Foi a consolidação dos estudos weberianos que permitiu uma considerada virada histórica no debate sociológico norte-americano, a partir de intelectuais como Charles Tilly e Theda Skocpol, que, a partir dos anos de 1980, consolidaram o campo da Sociologia Histórica (SH) enquanto alternativa ao pensamento social estático e ahistórico de Talcott Parsons[2], até então dominante. A leitura weberiana, vale ressaltar, fora também muito marcante no desenvolvimento de um pensamento socio-histórico das relações

[2] Embora Talcott Parsons tenha realizado uma das primeiras traduções dos textos de Max Weber para a academia americana, sua leitura e tradução do pensamento de Weber é altamente questionada, sendo frequentemente acusado de deturpar o pensamento weberiano para justificar e legitimar suas próprias interpretações – é de consenso no debate teórico social que Parsons se enquadra numa tradição funcionalista(-estrutural), derivada dos trabalhos de Émile Durkheim. Traduções posteriores da obra de Weber, realizadas por nomes como Reinhard Bendix e Stephen Kalberg, entre outros, buscaram apontar para os problemas estruturais das traduções conduzidas por Parsons. Um movimento pela 'De-Parsonização' de Weber na academia americana é, ainda, relevante (cf. COHEN et al., 1975; BOLDA, 2021).

internacionais a partir dos trabalhos de Raymond Aron (2002) e de toda uma onda de estudos weberianos no campo das RI (HOBSON, 2002b; LEBOW, 2017).

Assim, essa denominada virada histórica da sociologia americana, fundamentalmente influenciada pelas diferentes teorias sociais alemãs (marxistas e/ou weberianas), fundamentou o que chamamos, hoje, de Sociologia Histórica (embora o que se entende por 'sociologia histórica' fosse praticado muito antes do batismo desta virada, como veremos). Nas últimas décadas, o campo das RI – principalmente anglo-saxão – vem aderindo às epistemologias e as metodologias da SH enquanto fundamentos basilares de investigação histórico-social na política internacional, como forma de se contrapor às leituras positivistas que caracterizaram boa parte da segunda metade do século XX.

Embora estes estudos tenham alcançado um público significativo nas últimas duas décadas, o debate proporcionado por ele ainda se encontra incipiente no campo disciplinar brasileiro. Desta forma, este trabalho visa contribuir com este diálogo, buscando compreender em que medida a Sociologia Histórica, nas Relações Internacionais, pode ser entendida enquanto uma possibilidade epistemológica e metodológica capaz de contribuir com as pesquisas históricas dentro do campo, enquadrando-se, assim, como uma abordagem possível à História das Relações Internacionais. Este trabalho, dessa forma, tem por objeto de investigação o modo de pesquisa proposto pela Sociologia Histórica, compreendida aqui na sua pluralidade de perspectivas e tradições.

Assim, procuramos contribuir com o desenvolvimento do campo das HRI apresentando uma fundamentação teórica e metodológica para além da tradição francesa que caracteriza a área em nosso país. Diferentemente do debate anglo-saxão das RI, o caráter historiográfico para a investigação das dinâmicas da política internacional não nos é estranho, constituindo-se enquanto um dos pilares mais fundamentais de uma tradição brasileira de se pensar o objeto das relações internacionais. O que justifica um resgate deste debate histórico e sociológico no campo das Relações Internacionais no Brasil.

Prosseguimos este trabalho a partir de uma reflexão sobre o surgimento e consolidação da Sociologia Histórica enquanto perspectiva de análise e compreensão da realidade social. Posteriormente, debateremos os processos nos campos disciplinares das RI que levaram para uma separação entre a História e as Relações

Internacionais, consolidando a hegemonia de abordagens estáticas (primordialmente positivistas) na área. Com isso, encaminharemos para uma discussão sobre a proliferação recente de trabalhos e perspectivas ligadas à Sociologia Histórica no campo das Relações Internacionais, demonstrando seus ganhos analíticos e suas fraquezas ainda presentes. Por fim, buscaremos a incorporação de uma discussão metodológica da Sociologia Histórica como forma de aprimorar a perspectiva da Sociologia Histórica das Relações Internacionais enquanto uma abordagem viável à História das Relações Internacionais.

A Sociologia e a História

Que tipo de convergências existem (ou podem existir) entre a Sociologia e a História, enquanto disciplinas científicas modernas? A relação entre estes dois campos científicos vem atraindo a atenção de inúmeros cientistas sociais, ao menos desde meados da segunda metade do século XX. Como consequência deste movimento, notamos recentemente a consolidação de uma abordagem sociológica específica, a assim chamada Sociologia Histórica – cuja importância fora sentida pela institucionalização desta visão em grupos de trabalhos de, ao menos, grandes associações científicas, como a *International Sociological Association*, *American Sociological Association* e a *British Sociological Association*; cuja recorrência também é sentida, na forma de Grupo de Trabalho, da *Sociedade Brasileira de Sociologia*.

Assim como muitos outros conceitos e ideias próprias das ciências sociais, definir Sociologia Histórica pode ser uma tarefa um tanto quanto tortuosa. Diferentes visões sobre o papel da Sociologia, bem como sobre a natureza da História, irão impactar de forma significativa nos possíveis entendimentos sobre o que se constitui como uma abordagem própria da Sociologia Histórica. Da mesma forma, a compreensão relativa ao tipo de relação existente entre as disciplinas da Sociologia e da História, consequentemente, exercerá grande influência na concepção dada à Sociologia Histórica. De um lado, por exemplo, Philip Abrams (1982) irá afirmar que ambas as disciplinas são, de fato, iguais e que a divisão entre elas é puramente artificial; já Delanty e Isin (2003), do outro lado, compreendem que a Sociologia

Histórica deve ser entendida como uma subdisciplina da Sociologia, da mesma forma que a História Social é uma subdisciplina da História.

Compreender o surgimento, enquanto abordagem, da Sociologia Histórica é antes de tudo buscar entender o desenvolvimento de um campo disciplinar específico, o da Sociologia. Dessa forma, a Sociologia Histórica é, sobretudo, um fenômeno particular das ciências sociais dos Estados Unidos da América – mais especificamente, porém não exclusivamente, da Sociologia. No início da segunda metade do século XX, principalmente, as ciências sociais americanas passaram a reproduzir uma concepção behaviorista do mundo social e, ademais, a sociologia americana encontrava-se sobre forte influência do pensamento social de Talcott Parsons (1902-1979). A sociologia parsoniana, também denominada de funcionalismo-estrutural, consolidou uma abordagem sociológica sistêmica passível de ignorar por completo os desenvolvimentos históricos. Como consequência, o forte ahistoricismo presente tanto na sociologia de Parsons, como na abordagem comportamental do behaviorismo, acabaram por caracterizar as ciências sociais daquele país através de sua relutância em compreender a importância da história para o entendimento da realidade social.

No final dos anos de 1970, alguns sociólogos americanos (entre estes podemos destacar os trabalhos de Theda Skocpol, Charles Tilly, Craig Calhoun, Imannuel Wallerstein, entre outros) perceberam a necessidade de se romper com este entendimento ahistórico, ou estático, da realidade social e reforçaram a natureza histórica da sociologia. Desde então, a 'Sociologia Histórica', às vezes denominada de macrossociologia, passou a se apresentar como um forte contraponto à sociologia ahistórica dominante na academia americana. Em entrevista concedida à Angela Alonso e à Nadja Araujo Guimarães (2004, p. 291), Charles Tilly enfatiza sua busca por contestar à sociologia parsoniana: "Fiz a maior parte da minha graduação e pós-graduação em Harvard, quando Talcott Parsons era a figura dominante. Naturalmente, aderi à oposição".

De forma concisa, estes autores (americanos) mencionados entenderam a Sociologia Histórica como uma abordagem que buscou compreender processos de mudanças e transformações sociais, através, tanto de estudos históricos, como de conceitos (ou ferramentas metodológicas) próprias da Sociologia. Dessa forma, a Sociologia Histórica presume que os problemas levantados pela Sociologia precisam

ser resolvidos, necessariamente, levando em consideração o seu processo histórico. Seguindo Skocpol (1984a, p. 4), a Sociologia Histórica busca compreender as estruturas de largo alcance (macro), bem como os processos de mudança social. Sendo que, para tal, busca nas principais tradições sociológicas – marxista, durkheimiana, weberiana, entre outras – ferramentas para analisar o fenômeno social – situando-o dentro de seu tempo e espaço.

Para além da academia americana, o uso do termo 'sociologia histórica' pode causar certo estranhamento – acadêmicos como Michael Mann e Anthony Giddens, ambos britânicos, utilizaram do termo macrossociologia para se referirem aos seus trabalhos, uma vez que analisavam longos períodos históricos. A razão para tal reside no entendimento, compartilhado por nós, de que a Sociologia é, em sua formação, uma disciplina de caráter historiográfico. A natureza histórica da Sociologia está associada aos trabalhos realizados pelos grandes pensadores que foram responsáveis pela consolidação da Sociologia, enquanto disciplina científica, durante o século XIX e início do século XX, como Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Compartilhando do entendimento de Lachmann (2014, p. 1), a Sociologia, em sua gênese, sempre fora histórica, pois seus 'fundadores' tinham por preocupação explicar as mudanças sociais – mais precisamente, o advento da modernidade – e seu impacto nas relações sociais existentes. Explicar tal mudança demanda, necessariamente, compreender o seu processo histórico. A Sociologia, então, "fora originada para explicar a mudança histórica".

Tendo em vista este desenvolvimento, Norbert Elias ([1970] 2002, p. 154) irá afirmar que a sociologia parsoniana, bem como outras escolas sociológicas americanas, como grande parte do interacionismo simbólico, foram responsáveis pela criação de abordagens sociológicas estáticas e que, ao invés de diferenciarmos a Sociologia Histórica da Sociologia, deveríamos apresentar uma dicotomia entre Sociologia (que apresenta uma natureza histórica) e Sociologia Estática. Assim, deixamos de naturalizar o ahistoricismo fortemente característico de algumas abordagens sociológicas da academia americana. Embora seja comum a adoção da expressão 'sociologia tradicional' ou 'sociologia convencional' para se contrapor à 'sociologia histórica', Elias aponta para a necessidade de correção dessa divisão, pelo simples fato de que tal dicotomia respeita, apenas, as movimentações intelectuais do campo da Sociologia nos Estados Unidos da América. Para além do domínio norte-

americano, o correto, defende Elias, seria contrapor 'sociologia' à 'sociologia estática', reconhecendo assim a impossibilidade de diferenciação entre a Sociologia e a História.

Raymond Aron, ao longo de sua obra, especialmente em Paz e Guerra entre as Nações (1962), desenvolveu uma abordagem que combina a sociologia com a história e a filosofia para entender as relações internacionais. Aron se aproximou de uma compreensão equilibrada da história e da sociedade, rejeitando tanto a filosofia marxista, que postulava a priori um sentido da história, quanto a sociologia durkheimiana, predominante na França, que destacava a sociedade em detrimento dos indivíduos que a compõem. Para Aron, ambas as perspectivas eram insatisfatórias por subestimarem o poder da liberdade humana e o papel dos indivíduos na história (ARON, 1962).

Aron propõe uma sociologia histórica de inspiração weberiana, que reabilita a liberdade individual contra o holismo durkheimiano. Quando retornou da Alemanha, onde estudou, Aron havia se transformado profundamente; o professor de filosofia tornou-se um pensador voltado para a política e as realidades das relações internacionais. Essa transformação reflete-se em sua proposta de uma sociologia que reconhece tanto as influências históricas quanto a importância das escolhas individuais na configuração das relações internacionais (HOLEINDRE, 2012).

Essa perspectiva distingue-se nitidamente da Sociologia estática, que tende a se concentrar na análise de fenômenos sociais dentro de contextos temporais restritos, como o presente ou períodos específicos. Theda Skocpol (1984) observa que a Sociologia Histórica, ao contrário, amplia essa perspectiva ao incorporar uma dimensão temporal de longa duração, permitindo investigar como processos históricos, como a consolidação do capitalismo ou a formação do Estado moderno, moldam as estruturas e instituições contemporâneas.

Além disso, a Sociologia Histórica diferencia-se na maneira como compreende a relação entre estrutura social e eventos históricos. Michael Mann (1994) destaca que essa abordagem não vê os eventos isoladamente, mas como partes integrantes de processos estruturais de longa duração. Em seu texto El poder autónomo del Estado: sus orígenes, mecanismos y resultados, Mann (2006) argumenta que o poder do Estado é autônomo e multidimensional, destacando que o Estado possui uma capacidade única de moldar as estruturas sociais através de seus mecanismos

burocráticos, militares e infraestruturais. Ele também enfatiza que o Estado, ao longo da história, desenvolveu uma capacidade organizacional que o permite se impor sobre outras formas de poder, mantendo-se relativamente independente das pressões de classe e de outros grupos sociais.

Mann, em sua obra mais ampla, propõe um modelo de análise baseado em quatro fontes de poder: ideológico, econômico, militar e político. Ele argumenta que essas redes de poder se interconectam e evoluem ao longo do tempo e do espaço, tanto dentro quanto fora das fronteiras estatais. Essa análise permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e políticas, contrastando com a tendência da Sociologia estática de tratar a sociedade como um conjunto de fenômenos relativamente estáticos (MANN, 1994).

Metodologicamente, a Sociologia Histórica adota uma abordagem mais interdisciplinar. Enquanto a Sociologia estática tende a privilegiar métodos quantitativos e estudos de caso em contextos contemporâneos, a Sociologia Histórica, conforme aponta Reinhard Bendix (1977), utiliza uma ampla variedade de fontes históricas, dados de longa duração e análises comparativas. Isso permite a construção de narrativas históricas que explicam as mudanças sociais ao longo do tempo, capturando as continuidades e complexidades dos processos sociais (BENDIX, 1977).

A forma como cada abordagem trata a causalidade social também as diferencia. A Sociologia estática frequentemente busca causas diretas e imediatas para fenômenos sociais, focalizando variáveis isoladas. Em contraste, Immanuel Wallerstein (1974) argumenta que a Sociologia Histórica adota uma visão sistêmica e processual, onde os eventos são vistos como parte de uma cadeia contínua de causas e efeitos que se desenvolvem ao longo do tempo. Wallerstein, em sua teoria do sistema-mundo, mostra como o capitalismo moderno deve ser entendido como um sistema global que molda as relações sociais e econômicas em escala mundial. Essa perspectiva permite reconhecer a complexidade inerente às transformações sociais, onde as mudanças raramente têm uma única causa identificável, mas resultam de múltiplos fatores históricos interconectados (WALLERSTEIN, 1974).

Finalmente, a Sociologia Histórica destaca-se por suas contribuições teóricas ao integrar a história na análise sociológica. Charles Tilly, em *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons* (1984), enfatiza a importância de entender como o capitalismo e a formação dos Estados nacionais moldaram as estruturas sociais

contemporâneas. Tilly propõe que qualquer análise válida das mudanças estruturais de longo prazo deve conectar eventos específicos aos processos interdependentes da criação de sistemas estatais e da formação de um sistema capitalista mundial (TILLY, 1984). Essa abordagem é reforçada pela visão de Barrington Moore (1966), que em *Social Origins of Dictatorship and Democracy* destaca como as trajetórias históricas influenciam as estruturas políticas contemporâneas. Moore argumenta que, para entender as dinâmicas sociais atuais, é essencial traçar as raízes históricas dessas estruturas, enfatizando a continuidade e a mudança ao longo do tempo (MOORE, 1966).

Desse modo, conforme observado por Jaime Pastor (2006), a Sociologia Histórica oferece uma visão crítica e reflexiva das relações internacionais ao combinar análise histórica e sociológica para entender as transformações sociais em um contexto global. Pastor destaca que essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder que moldam as relações internacionais, enfatizando a importância de considerar tanto os processos históricos quanto os fatores estruturais em jogo (PASTOR, 2006).

Esses teóricos, entre outros, formam a base da Sociologia Histórica e suas contribuições continuam a influenciar não apenas a Sociologia, mas também o campo das Relações Internacionais. Eles oferecem ferramentas analíticas poderosas para compreender as dinâmicas sociais e políticas ao longo do tempo, enfatizando a importância de uma abordagem interdisciplinar que integra história e sociologia.

Assim, a Sociologia Histórica, ao contrastar-se com a Sociologia estática, demonstra sua relevância ao oferecer uma abordagem mais profunda e complexa para a análise das dinâmicas sociais e políticas. Por meio das contribuições de teóricos como Raymond Aron, Michael Mann, Theda Skocpol, Charles Tilly, Immanuel Wallerstein e Barrington Moore, essa disciplina mostra como os eventos históricos e as estruturas sociais interagem ao longo do tempo, moldando as sociedades contemporâneas de maneira que transcende as análises temporais e geográficas restritas.

Cada um desses teóricos contribuiu para destacar a importância de uma perspectiva histórica que considera a continuidade e as mudanças ao longo do tempo, proporcionando uma compreensão mais robusta das relações internacionais. A Sociologia Histórica desafia as abordagens convencionais ao enfatizar que a análise

das transformações sociais não pode ser adequadamente realizada sem uma compreensão do contexto histórico que lhes dá forma. Com essa base, a Sociologia Histórica se posiciona como uma lente crítica e interdisciplinar que enriquece a análise das Relações Internacionais. Ela não apenas expande o escopo analítico ao incorporar o tempo como um fator central, mas também questiona as suposições tradicionais das teorias dominantes, propondo novas formas de entender os processos globais.

Segregação entre História e Relações Internacionais

A relação entre os campos da História e Relações Internacionais por muitas vezes fora caracterizada por uma segregação epistemológica e metodológica que frequentemente impede uma integração mais profunda entre as duas disciplinas. Esses campos do saber, a História e as Relações Internacionais, desenvolveram-se como áreas de estudo distintas, com objetos de interesse e métodos de investigação próprios. A História, com sua ênfase na narrativa cronológica e no contexto detalhado, busca compreender as transformações ao longo do tempo, analisando os eventos e processos em suas especificidades. Em contraste, as Relações Internacionais têm se focado mais em desenvolver teorias generalizáveis que explicam as dinâmicas do sistema internacional, frequentemente com uma abordagem que privilegia a análise estrutural sobre o contexto histórico.

Essa divisão não é apenas um resultado do desenvolvimento histórico distinto dessas disciplinas, mas também da maneira como a História tem sido utilizada no campo das RI. George Lawson (2012) argumenta que, embora existam muitos encontros entre historiadores e teóricos de RI, a história diversas vezes teria sido reduzida a apenas um pano de fundo passivo para os experimentos dos teóricos. Desse modo, para muitos cientistas sociais, a história seria interpretada principalmente como um laboratório para testar suas reivindicações sobre como variáveis estão associadas e suas proposições sobre causalidade. Nesse sentido, a história é tratada como algo distante do cardápio do *mainstream* de RI, melhor exemplificada pelo neorrealismo waltziano e pelo institucionalismo neoliberal inspirado pelo trabalhos de Robert Keohane (LAWSON, 2012).

Essas abordagens, como aponta Lawson (2012), operariam sob a suposição de uma lógica trans-histórica contida na anarquia. Essa visão transforma o campo das Relações Internacionais em um espaço quase estático, onde as dinâmicas internacionais ditas existentes seriam mapeadas com base na luta incessante pela sobrevivência (como no neorrealismo) ou nas condições de cooperação (como no neoliberalismo) dentro de um sistema anárquico atemporal e sem espaço. Isso reflete uma tendência ao ahistoricismo nas abordagens dominantes de RI, onde a história não seria assimilada como uma fonte dinâmica de transformação, sendo reduzida a uma condição estrutural invariável.

No entanto, essa separação entre História e Relações Internacionais não foi sempre tão pronunciada. Como observa John M. Hobson e George Lawson (2008), a história sempre foi uma característica central na imaginação internacional. Figuras proeminentes no campo, como E. H. Carr, Hans Morgenthau, Martin Wight, Hedley Bull e Stanley Hoffman, empregaram a história como um alicerce para seus trabalhos (HOBSON; LAWSON, 2008) – isso apenas para mencionar figuras proeminentes do debate anglo-saxão.

Assim, mesmo com a história sendo muitas vezes considerada banida pela virada científica nas Relações Internacionais durante a Guerra Fria, especialmente pelos trabalhos estadunidenses, ela nunca deixou de representar um ferramental valioso para as teorias das Relações Internacionais. No entanto, o que vem sendo entendido como um retorno da história nas últimas décadas vem sendo uma das características mais marcantes das várias aberturas nas teorias das RI, promovidas pelo fim da Guerra Fria. Essa reaproximação é particularmente evidente nas tentativas de teóricos de ambos os lados do Atlântico de integrar a história de maneira mais robusta em suas análises (HOBSON; LAWSON, 2008).

Enquanto a corrente dominante americana tendia a marginalizar a história, tratando-a como algo secundário às teorias estruturalistas e positivistas, a tradição britânica se esforçava para incorporar a história de maneira mais significativa, reconhecendo sua importância na formação das teorias e na compreensão das dinâmicas internacionais (HOBSON; LAWSON, 2008). Reunidos no *British Committee on the Theory of International Politics*, os autores da assim chamada "Escola Inglesa" perceberam a necessidade de reintroduzir a análise histórica nos estudos internacionais, em resposta à tendência dos acadêmicos americanos de

priorizar modelos matemáticos e behavioristas. O foco da Escola Inglesa no processo de socialização entre Estados – que levou aos conceitos de 'sociedade de Estados' ou 'sociedade internacional' – também os aproximou da sociologia histórica.

Martin Wight, considerado o principal mentor da Escola Inglesa, foi um defensor da abordagem histórica nas Relações Internacionais, acreditando que a história forneceria a chave para entender a política internacional, assim como a teoria política faz para a política interna (HOBDEN, 2002). A maior contribuição da Escola Inglesa foi a sistematização do conceito de "sociedade internacional", que permitiu explorar as interfaces entre o interno e o externo, o Estado e a sociedade (MENDONÇA, 2012). Essa tradição foi preservada e expandida por estudiosos como Tim Dunne e Barry Buzan. No trabalho de Buzan, em especial, há uma busca por revitalizar o pensamento da Escola Inglesa através de uma abordagem sociológica, afirmando que a dimensão social do sistema internacional, sempre central para a Escola Inglesa, estaria retornando ao foco com o crescente interesse no construtivismo (BUZAN, 2004).

No entanto, mesmo com esse retorno da história, a integração entre História e Relações Internacionais continua a enfrentar desafios significativos. A história, em muitas instâncias, ainda é vista como um complemento ou uma ferramenta de suporte, em vez de um componente essencial e dinâmico da análise teórica. Dada essa complexa relação entre os dois campos, fica claro que a superação dessa segregação exige alicerces teóricos robustos. Uma das soluções que este trabalho propõe é a incorporação da Sociologia Histórica nos estudos de História das Relações Internacionais. A Sociologia Histórica, ao combinar a análise sociológica com a sensibilidade histórica, oferece uma abordagem que pode preencher as lacunas deixadas pela separação entre História e RI, permitindo uma análise mais profunda e contextualizada das dinâmicas globais.

Viradas Histórica e Sociológica nas Relações Internacionais: Superando o Presentismo

Nos últimos anos, o papel da Sociologia e da História, em seu uso conjunto, tem sido amplamente discutido no campo das Relações Internacionais. Seguramente, a consolidação de uma 'Sociologia Histórica das Relações Internacionais' (SHRI) deu-

se, tanto através do crescimento de publicações preocupadas com tal temática (HOBDEN, 1998; HOBDEN; HOBSON, 2002; LAWSON, 2007, 2010; entre tantos outros), como a institucionalização de alguns grupos de pesquisa em associações renomadas do campo disciplinar das Relações Internacionais. Embora tal discussão seja cada vez mais recorrente, primordialmente, entre a academia europeia, pouco fora produzido e questionado na comunidade acadêmica brasileira de RI – uma lacuna que pretendemos preencher com este artigo.

A Sociologia Histórica consolidou-se, assim, enquanto uma abordagem interdisciplinar que integra métodos e perspectivas da Sociologia e da História para analisar as transformações sociais e as estruturas de poder ao longo do tempo. No âmbito das Relações Internacionais, essa abordagem tem se mostrado particularmente interessante ao proporcionar uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas globais. Diferente das abordagens tradicionais, como o realismo de Kenneth Waltz, o liberalismo de Woodrow Wilson, o até mesmo o construtivismo de Alexander Wendt, que muitas vezes tratam o presente de forma isolada da história, a sociologia histórica propõe que as instituições e estruturas de poder não podem ser plenamente compreendidas sem uma análise cuidadosa de seu desenvolvimento histórico. Ao olhar para as relações internacionais sob essa lente, torna-se possível identificar como eventos passados, como a Paz de Westfália ou a Revolução Industrial, moldam o comportamento dos atores contemporâneos e as estruturas globais.

Entretanto, há uma divisão histórica e epistemológica profunda entre os campos de História e Relações internacionais, um "divisor eterno" que, como destacado por George Lawson (2012), reflete as tensões entre essas disciplinas. Enquanto as Relações Internacionais ainda estão em busca de um repertório teórico consolidado e sob intensa disputa, a Teoria da História já se afirmava como um campo de disputa desde o século XIX, com suas raízes remontando à Antiguidade Clássica, quando a passagem da epopeia à história deu origem à escrita histórica. Esse contraste revela a longa tradição da história como um campo autônomo, enquanto as RI, sendo epistemologicamente mais recentes, enfrentam desafios maiores em sua tentativa de compreender as dinâmicas globais sem o apoio da profundidade histórica que caracteriza a Teoria da História (LAWSON, 2012, p. 204).

Um aspecto crítico dessa divisão é como a história tem sido utilizada no campo das Relações Internacionais, sendo incorporada como uma "escritura", onde lições atemporais são aplicadas de forma descontextualizada e inadequada a situações contemporâneas. Essa abordagem reduz a história a um papel coadjuvante, onde ela é modelada para adequar-se a abstrações teóricas preexistentes em RI, tornando-se um pano de fundo incontestável para narrativas já consolidadas. Para evitar essa armadilha do "ahistoricismo" disfarçado, é fundamental que a história seja tratada não como um apêndice à teoria, mas como um elemento central, cuja complexidade e variabilidade devem desafiar e enriquecer as teorias de RI (LAWSON, 2012, p. 205). Dessa forma, a integração adequada da história nas análises de Relações Internacionais pode promover uma abordagem mais reflexiva e crítica, capaz de fornecer uma visão mais profunda e acurada sobre os processos e estruturas que moldam o sistema internacional.

Como campos epistemologicamente autônomos, as Relações Internacionais e a História mantêm relações distintas com seus respectivos objetos de interesse. Se, por um lado, as RI têm um repertório teórico em construção e sob disputa, por outro, a História já conta com uma tradição teórica bem estabelecida, moldada ao longo de séculos de reflexão crítica. Essa divisão tem implicações importantes para a maneira como ambas as disciplinas abordam o estudo das estruturas de poder e das transformações sociais. A insistência em manter esses campos separados pode resultar em análises que subestimam a importância da história para a compreensão das relações internacionais contemporâneas (LAWSON, 2012).

A Sociologia Histórica surgiu com a proposta de integrar elementos históricos nas metodologias sociológicas, com o propósito de oferecer uma compreensão mais profunda e contextualizada da realidade social. De acordo com Gerard Delanty e Engin F. Isin (2003), uma das principais características da Sociologia Histórica é sua preocupação com a formação e transformação da modernidade. Essa abordagem utiliza estudos históricos para explicar as transformações sociais de longo prazo, situando os fenômenos sociais dentro de um contexto amplo e histórico, fundamentado em tradições teóricas como as abordagens de Max Weber e Karl Marx.

Essa perspectiva parte da premissa de que muitos dos desafios enfrentados pela sociologia só podem ser adequadamente compreendidos por meio de uma análise histórica. Como destacado por Philipe Abrams (1982), a Sociologia Histórica

não se limita a fornecer um "contexto social" ou um "fundo" histórico para a pesquisa sociológica. Em vez disso, propõe uma reformulação mais profunda dos problemas sociológicos, reconhecendo que tanto a sociologia quanto a história buscam, em última instância, compreender as dinâmicas da ação humana através do processo de estruturação social ao longo do tempo.

Portanto, ao integrar as perspectivas sociológica e histórica, a Sociologia Histórica não apenas enriquece a análise das Relações Internacionais, mas também reafirma a interdependência entre essas disciplinas, permitindo uma análise crítica e reflexiva das dinâmicas globais. Esse argumento é amplamente sustentado por diversos estudiosos que defendem que, na essência, tanto a Sociologia quanto a História compartilham o mesmo objetivo fundamental: compreender o enigma da ação humana por meio do entendimento do processo de estruturação social ao longo do tempo. Michael Mann (1994) argumenta que a análise sociológica é intrinsecamente histórica, pois as estruturas sociais e políticas só podem ser devidamente compreendidas quando situadas em um contexto temporal mais amplo. Ele sugere que a Sociologia Histórica é, na verdade, um retorno à essência da sociologia clássica, que sempre valorizou a integração de perspectivas históricas em suas análises.

Dessa forma, a explicação sociológica seria necessariamente histórica, e a Sociologia Histórica não deve ser vista apenas como um subproduto da Sociologia. Reinhard Bendix (1977) reforça essa ideia, sugerindo que a Sociologia Histórica representa um retorno às raízes comuns das disciplinas, que, ao longo do tempo, se distanciaram devido a diferentes tendências teóricas. Ao reintegrar essas perspectivas, a Sociologia Histórica reafirma a importância de uma análise que reconheça a continuidade e a complexidade dos processos sociais ao longo do tempo, oferecendo uma base sólida para a investigação das dinâmicas globais contemporâneas.

De acordo com Jaime Pastor (2006), os primórdios da Sociologia Histórica surgiram em resposta à sociologia acadêmica tradicional, que havia relegado a história a um papel secundário, limitando-se a analisar e justificar o presente como o único possível e inevitável. Esse movimento ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, em um contexto em que se tornava cada vez mais evidente a necessidade de interpretações alternativas às teorias dominantes da época, como as teorias do

desenvolvimento e o marxismo 'oficial'. Nesse cenário, intelectuais como Reinhard Bendix, Neil Smelser, Karl Polanyi e Norbert Elias emergiram como pioneiros, integrando história e sociologia em suas análises das transformações sociais.

Esses pioneiros foram seguidos por uma série de outros estudiosos, como Barrington Moore, William McNeill, Immanuel Wallerstein, Perry Anderson, Theda Skocpol, Michael Mann e Anthony Giddens. Suas obras tornaram-se marcos no desenvolvimento da Sociologia Histórica, compartilhando a convicção de que a história e a sociologia devem ser utilizadas em conjunto para oferecer explicações mais abrangentes e profundas sobre os processos sociais e as estruturas de poder que moldam o mundo contemporâneo.

Ao utilizar a história como um pré-requisito básico para a análise sociológica, esses teóricos não apenas buscaram entender o presente, mas também traçar suas raízes e desenvolvimentos ao longo do tempo, oferecendo uma visão mais complexa e enriquecedora da realidade social. A Sociologia Histórica, portanto, reafirma a necessidade de um olhar interdisciplinar que reconheça a interdependência entre sociologia e história, proporcionando uma base sólida para a análise crítica das dinâmicas sociais e políticas que definem as Relações Internacionais.

Como abordado anteriormente, a disciplina de Relações Internacionais, a partir do final dos anos 1980 e, especialmente após o término da Guerra Fria, testemunhou o crescimento e o fortalecimento de perspectivas alternativas às abordagens positivistas que dominavam o campo na época. A falha do (neo)realismo e do (neo)liberalismo em prever ou explicar adequadamente o colapso da ordem bipolar, que marcou o fim da Guerra Fria, expôs as limitações dessas abordagens teóricas dominantes. Essas teorias, que foram amplamente consideradas as principais lentes para a análise das dinâmicas internacionais durante a Guerra Fria, demonstraram uma inadequação em lidar com a complexidade e a fluidez do novo cenário global. Segundo Richard Ashley (1986) e Robert Cox (1981), essas abordagens tendem a reforçar o status quo e a reproduzir as estruturas de poder existentes, o que limita sua capacidade de antecipar mudanças disruptivas na ordem internacional.

Com o fim da Guerra Fria, essa insuficiência teórica abriu espaço para a legitimação e a consolidação de abordagens que até então haviam sido marginalizadas. Essas novas perspectivas começaram a questionar as suposições ontológicas e epistemológicas subjacentes ao realismo e ao liberalismo, propondo

alternativas que permitissem uma compreensão mais dinâmica e complexa das Relações Internacionais. Como observa Ole Wæver (1998), esse período foi caracterizado por uma "abertura do campo", onde as diferenças teóricas se tornaram mais visíveis e as fronteiras entre as abordagens foram rediscutidas.

Esse novo contexto não apenas legitimou, mas também incentivou um florescimento de debates teóricos que enriqueceram a disciplina, incorporando uma diversidade de perspectivas ontológicas, epistemológicas e metodológicas. Assim, David Campbell (1998) argumenta que essa pluralidade teórica permitiu que as Relações Internacionais se tornassem mais reflexivas sobre sua própria natureza e limites, desafiando as premissas do positivismo que dominavam o campo. Como resultado, a disciplina passou a abrigar um leque mais amplo de debates, que questionam a objetividade, a neutralidade e a universalidade das teorias tradicionais, promovendo uma maior conscientização sobre as implicações políticas e ideológicas das diferentes abordagens teóricas.

Durante esse período, emergiram as denominadas "viradas" que hoje modelam os debates centrais nas Relações Internacionais, como é o caso da "virada linguística", da "virada sociológica" e da "virada histórica". Contudo, é importante notar que o impacto das questões sociológicas no estudo dos fenômenos internacionais não se limitou ao período pós-Guerra Fria. Ignorar isso seria negligenciar contribuições significativas que, desde antes, desafiaram as abordagens dominantes do *mainstream* neo-neo, como as obras de Hans Morgenthau e Henry Kissinger, conhecidas por suas análises profundamente enraizadas em preocupações históricas.

Sendo assim, a "virada sociológica", tal como entendida atualmente, não apenas surgiu, mas se consolidou concomitantemente ao período de ascensão do construtivismo nos estudos de Relações Internacionais no decorrer da década de 1990. Autores como Nicholas Onuf, Friedrich Kratochwil, Alexander Wendt, Emmanuel Adler e Michal Barnett foram fundamentais na promoção dessa perspectiva, mesmo com suas variações internas. Esses teóricos desafiaram as abordagens tradicionais, destacando a importância das normas, identidades e estruturas sociais na formação das dinâmicas internacionais, aspectos frequentemente subestimados pelas teorias que se concentravam quase exclusivamente no poder material e nos interesses dos Estados.

No entanto, se faz necessário pontuar que, embora o avanço do construtivismo e a incorporação de uma abordagem sociológica tenham enriquecido significativamente o campo das Relações Internacionais, esse desenvolvimento não se traduziu automaticamente no pleno amadurecimento da Sociologia Histórica como uma abordagem dominante dentro da disciplina. Apesar das interseções entre essas perspectivas, a Sociologia Histórica possui uma trajetória e um escopo distintos, sendo empregada por uma diversidade de tradições teóricas, independentemente da "virada sociológica".

Já a "virada histórica" trouxe o tempo e a história para o centro das análises teóricas, combatendo o que alguns críticos chamam de "presentismo" excessivo nas abordagens tradicionais. Essa virada enfatizou a necessidade de entender as relações internacionais à luz de continuidades e rupturas históricas, oferecendo uma visão mais contextualizada e menos determinista do comportamento dos atores globais. Autores como John Gaddis e Paul Kennedy foram influentes ao aplicar essa perspectiva histórica para reinterpretar eventos e dinâmicas internacionais, demonstrando como as decisões políticas e as estruturas de poder são moldadas por processos históricos de longa duração.

Essas duas "viradas" não são inteiramente separadas, mas frequentemente se cruzam. A Sociologia Histórica é um exemplo claro disso, combinando a sensibilidade histórica com as ferramentas analíticas da sociologia para oferecer uma visão mais completa das Relações Internacionais. Ao integrar a análise das estruturas sociais e das continuidades históricas, a Sociologia Histórica oferece uma abordagem que transcende as limitações de ambas as "viradas", proporcionando uma compreensão mais rica e multifacetada das dinâmicas globais.

Na tradição francesa de Relações Internacionais, por exemplo, há uma longa história de integração entre as abordagens históricas e sociológicas. Conforme destaca Friedrichs (2004), essa tradição tem historicamente oscilado entre, e por vezes combinando, essas duas perspectivas. A chamada 'segunda geração' de estudiosos franceses, que se consolidou nos anos 1950 com a obra "*Vers une Sociologie des Relations Internationales*" (1952) de Jacques Vernant, reconheceu a importância de incorporar a teoria social aos estudos internacionais. Nessa obra, Vernant (1952) afirma que as Relações Internacionais são "fatos sociais" e critica as tentativas de análises sociológicas que se limitam a descrições, argumentando que é

necessário ir além do descritivismo. Ele aponta para a "sociedade internacional" – uma forma de sociedade sui generis inspirada por Durkheim – como um campo fenomenal de pesquisa da Sociologia das Relações Internacionais. Desse modo, a contribuição de Vernant também desafiava a ideia de que a "sociedade internacional" pudesse ser reduzida às relações intergovernamentais, como faz Raymond Aron, ressaltando que ela abrange igualmente as relações econômicas e culturais, além das políticas específicas.

Essa abordagem francesa, ao articular história e sociologia, proporcionou uma análise mais profunda e crítica das Relações Internacionais, destacando a importância de considerar tanto as continuidades históricas quanto as transformações sociais. Vernant também levanta o problema da ressonância, remetendo às Relações Internacionais no plano da produção sociológica. Ele observa que a subordinação na divisão internacional do trabalho e o processo de concentração e centralização no capitalismo mundial têm um impacto tanto sobre o processo de produção intelectual nas regiões subordinadas quanto sobre sua ressonância externa (Vernant, 1952).

Outro exemplo significativo dessa geração de estudiosos franceses é Marcel Merle, cuja obra Sociologia das Relações Internacionais (1981 [1974]) se destaca pela introdução de uma perspectiva sistêmica no estudo das Relações Internacionais. Merle argumenta que as relações internacionais devem ser entendidas não como eventos isolados, mas como parte de um sistema mais amplo e interdependente de interações sociais, econômicas, culturais e políticas. Sua abordagem sistêmica é fundamental para compreender como diferentes esferas da sociedade internacional se interconectam, formando uma teia complexa de relações que vai além das simples interações entre Estados.

Enquanto Merle ampliava o escopo analítico nas Relações Internacionais, Raymond Aron também trouxe contribuições significativas ao campo. Em sua obra Paz e Guerra entre as Nações (2002 [1962]), Aron critica a abordagem empírico-descritiva dos historiadores, especialmente aqueles da primeira geração de estudiosos franceses que se concentraram no direito internacional e na história diplomática. Para Aron, a mera descrição ou narração de fatos históricos não é suficiente para analisar e explicar a realidade social. Ele argumenta que nenhum conhecimento científico pode se limitar à descrição e à narrativa, destacando que "a validade dessas

lições [obtidas através de uma abordagem histórica, empírico-descritiva] não pode ser mantida se elas não forem inseridas numa teoria que abrange o antigo e o novo, identificando elementos constantes para elaborar o inédito, em vez de eliminá-lo" (ARON, 2002, p. 48).

Confrontado com essa realidade, Aron demanda a necessidade de uma análise sociológica das Relações Internacionais, sem abandonar a perspectiva histórica. Dessa forma, ele defende o uso da Sociologia Histórica como um instrumento intermediário, necessário e indispensável, entre a teoria geral e a descrição pura do evento. Ao imergir a análise sociológica na história, Aron evita que sua abordagem se torne excessivamente determinista e abstrata, enquanto, ao recuar perante o quadro histórico, ele também evita o erro de negar a existência de padrões recorrentes nas Relações Internacionais (FROST, 1997, p. 159).

Aron, influenciado pelo pensamento sociológico alemão, baseou grande parte de seu entendimento sobre a Sociologia Histórica na sociologia compreensiva de Max Weber. O pensamento weberiano, que considera as ciências sociais como a compreensão dos sentidos das ações humanas em contextos sociais específicos, não busca estabelecer leis deterministas universais, o que explica a ausência de uma 'grande teoria' no pensamento de Aron. Como Holeindre (2012, p. 42) observa, Aron procurou ultrapassar as oposições entre instituições e acontecimentos, entre história e sociologia. Inspirado pelo método interpretativo das ciências sociais de Weber, Aron – assim como muitos construtivistas posteriores (ADLER, 1999) – reconhece a impossibilidade de entender o comportamento humano com base nos modelos das ciências naturais, que podem ser estudados em laboratório e descritos através de modelos matemáticos complexos.

Essa abordagem permitiu que Aron introduzisse temas de grande relevância nos estudos de Relações Internacionais, que mais tarde seriam aprofundados pelo construtivismo. Sua visão das Relações Internacionais vai além dos esquemas didáticos frequentemente associados à tradição realista, incorporando fatores econômicos, ideológicos e culturais como elementos cruciais para moldar as relações entre os atores internacionais. Aron também destacou o impacto de acontecimentos históricos, como a Revolução Industrial, nas instituições das Relações Internacionais, além de enfatizar a importância da agência, exemplificada pelo papel do diplomata em tempos de paz e do soldado em tempos de guerra.

Essas contribuições exemplificam como a tradição francesa de Relações Internacionais, fortemente influenciada por correntes de pensamento alemãs, tem historicamente integrado perspectivas históricas e sociológicas para oferecer uma análise mais abrangente e profunda dos fenômenos globais. A perspectiva sistêmica de Merle, em particular, reforça a relevância da Sociologia Histórica como uma abordagem que transcende as limitações da virada sociológica, operando de forma autônoma e essencial para a compreensão das complexas interações que caracterizam a sociedade internacional.

Ao reconhecer a importância das estruturas econômicas, culturais e políticas, bem como das continuidades históricas, a Sociologia Histórica se afirma como uma ferramenta indispensável para uma análise mais crítica e contextualizada das Relações Internacionais. Esse enfoque permite superar as limitações das abordagens tradicionais, oferecendo uma compreensão mais rica e integrada das dinâmicas globais contemporâneas, onde a interdependência dos diversos fatores sociais se torna evidente.

A influência do pensamento sociológico na tradição francesa das Relações Internacionais continua a exercer um papel fundamental até os dias de hoje. A terceira geração de estudiosos franceses, apoiada em uma sociologia contemporânea que incorpora os trabalhos pós-estruturalistas de Michel Foucault e Jacques Derrida, bem como as vertentes críticas da Escola de Frankfurt, reivindica a importância do papel sociológico nas Relações Internacionais. Um dos expoentes dessa geração, Didier Bigo, chegou a propor o abandono do termo "Relações Internacionais" enquanto disciplina, em favor de uma "Sociologia Política Internacional" (*International Political Sociology*) (BIGO; WALKER, 2007; BIGO, 2013).

Essa continuidade sociológica reflete a riqueza e a diversidade das abordagens que têm moldado as Relações Internacionais. A inexistência de uma definição universalmente aceita sobre a natureza da sociologia e do "fato social" contribui para a pluralidade de tradições teóricas que se apropriaram da sociologia para analisar as dinâmicas internacionais. A definição clássica de sociologia como "a ciência que estuda o fato social" (FERNANDES, 1972; FREUND, 1975), de matriz durkheimiana, se revela insuficiente para abranger as diversas interpretações que surgiram a partir das diferentes tradições sociológicas.

Na América Latina, especialmente no Brasil, o pensamento sociológico também se mostrou fundamental para o desenvolvimento de abordagens críticas e históricas nas Relações Internacionais. Florestan Fernandes, uma das figuras mais proeminentes da sociologia brasileira, desempenhou um papel central na disseminação e consolidação da sociologia como uma ferramenta de análise crítica das estruturas sociais e políticas. Seu trabalho, centrado na investigação das desigualdades sociais e no estudo das relações raciais no Brasil, contribuiu para uma compreensão mais ampla das dinâmicas de poder e exclusão que atravessam as fronteiras nacionais. Fernandes (1972) enfatizou a importância de entender os "fatos sociais" não apenas como fenômenos estáticos, mas como processos dinâmicos, profundamente enraizados nas estruturas históricas e culturais das sociedades. Sua perspectiva crítica influenciou a maneira como as dinâmicas internacionais são compreendidas, especialmente no contexto latino-americano, onde as desigualdades estruturais desempenham um papel central na configuração das relações internacionais.

Além de Florestan Fernandes, outros sociólogos brasileiros também contribuíram para o desenvolvimento da Sociologia Histórica com enfoques que complementam e expandem essa tradição. Octavio Ianni, outro sociólogo de destaque, aprofundou a análise das relações entre globalização e desigualdade, destacando como os processos históricos de expansão capitalista global têm produzido formas persistentes de dominação e exclusão. Ianni utilizou uma abordagem histórica para investigar como as dinâmicas globais são influenciadas por estruturas de poder que se consolidaram ao longo de séculos, contribuindo assim para uma compreensão mais crítica das Relações Internacionais e das transformações sociais globais (IANNI, 1992).

A obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, "Dependência e Desenvolvimento na América Latina" (1970), também se destaca como uma contribuição para a Sociologia Histórica. A teoria da dependência, desenvolvida por esses autores, examina como as relações históricas entre as nações centrais e periféricas moldaram as trajetórias de desenvolvimento econômico e político na América Latina. A análise histórica de Cardoso e Faletto contribuiu para a compreensão das continuidades e rupturas nas dinâmicas de poder globais,

reforçando a importância de uma abordagem sociológica histórica no estudo das Relações Internacionais.

A incorporação da agenda de pesquisa das relações internacionais no Brasil fora institucionalizada, ao menos em São Paulo, na reformulação do Curso de Ciências Sociais, na década de 1940, da então Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo (FFCL, 1953), que elencava as dinâmicas políticas internacionais enquanto uma área de investigação. Nas mãos do Professor Lourival Gomes Machado, a cátedra de política – fundamentada na investigação sociológica – buscou a consolidação de pesquisas sobre as relações internacionais, tendo, em 1963, apresentado a primeira disciplina de Relações Internacionais, ministrada pelo Professor Oliveiros da Silva Ferreira[3].

Essas contribuições dos sociólogos brasileiros demonstram que a influência da sociologia nas Relações Internacionais vai muito além da "virada sociológica" dos anos 1980, que consolidou o construtivismo entre as abordagens *mainstream* da disciplina. Trabalhos de grande relevância têm sido realizados a partir de perspectivas sociológicas variadas, incluindo a Sociologia Histórica, baseada nas tradições weberiana, marxista, funcionalista, sistêmica, figuracional, entre outras.

Dessa forma, a presença contínua e crescente da sociologia nas análises das Relações Internacionais revela que a disciplina está em constante diálogo com outras áreas do conhecimento, enriquecendo-se e ampliando seu escopo analítico. Assim, a Sociologia Histórica, como vimos, não apenas complementa, mas também desafia as abordagens tradicionais, oferecendo uma compreensão mais profunda e contextualizada das dinâmicas globais. A integração dessas diversas perspectivas sociológicas evidencia a vitalidade do campo das Relações Internacionais e sua capacidade de se renovar e expandir, incorporando as complexidades do mundo contemporâneo.

Entre Cronofetichismo e Tempocentrismo: Como a Sociologia Histórica Enriquece as Relações Internacionais

Nesta seção, exploraremos como a Sociologia Histórica se posiciona como uma abordagem crucial para superar as limitações das teorias tradicionais das Relações

[3] Arquivo Geral da USP, Processo No. 54.1.7859.1.0

Internacionais, particularmente em relação aos conceitos de cronofetichismo e tempocentrismo (HOBSON, 2002a). Essas duas tendências, frequentemente presentes nas análises convencionais, tratam o presente como desvinculado do passado e aplicam uma visão temporal restrita e linear aos fenômenos globais, ignorando as variações históricas e culturais. A partir das reflexões de Sanjeev Kumar em *Decolonizing Grand Theories* (2023), esta seção examinará como a Sociologia Histórica não apenas complementa, mas enriquece as teorias dominantes ao introduzir uma perspectiva temporal que aprofunda a compreensão dos fenômenos internacionais. Discutiremos exemplos específicos onde essa abordagem iluminou as complexidades dos fenômenos globais, integrando uma análise histórica detalhada que revela as raízes profundas das dinâmicas contemporâneas. Além disso, abordaremos o potencial crítico e emancipatório da Sociologia Histórica, especialmente quando aliada às perspectivas pós-coloniais que desafiam as narrativas tradicionais, muitas vezes marcadas por um viés eurocêntrico.

O cronofetichismo, conforme definido por John Hobson e discutido por Kumar, refere-se à tendência de analisar os fenômenos internacionais de maneira isolada de suas raízes históricas, focando apenas nos eventos presentes e ignorando as continuidades e transformações que moldam as dinâmicas globais ao longo do tempo. Essa abordagem resulta em visões superficiais que desconsideram as estruturas de poder e os processos históricos que moldaram as relações internacionais contemporâneas (KUMAR, 2023, p. 117). Kumar aplica essa crítica ao neorrealismo, particularmente à visão de Kenneth Waltz sobre a anarquia no sistema internacional como uma condição permanente. Para Kumar, essa perspectiva exemplifica o cronofetichismo, ao ignorar as transformações históricas e contextuais que moldaram as relações internacionais.

Por outro lado, o tempocentrismo é a suposição de que a experiência temporal atual é universal e aplicável a todos os contextos, ignorando as variações históricas e culturais. Essa abordagem linear da história reforça a ideia de que as estruturas atuais das Relações Internacionais são trans-históricas, desconsiderando as especificidades dos contextos históricos e culturais particulares (KUMAR, 2023, p. 118). No neorrealismo, por exemplo, a anarquia é tratada como uma característica atemporal do sistema internacional, o que obscurece as diferenças entre os sistemas históricos e como eles foram moldados por processos específicos de tempo e espaço.

Kumar avança em sua crítica ao demonstrar como a Sociologia Histórica pode superar essas limitações. Ele discute o trabalho de autores como Justin Rosenberg, que tenta reconciliar as teorias de política doméstica e de relações internacionais, propondo uma epistemologia que liga os diferentes níveis de análise. A perspectiva de Rosenberg desafia o reducionismo e o sistema-centrismo do neorrealismo, oferecendo uma visão mais complexa e integrada das dinâmicas globais. Rosenberg sugere que o Estado age como um intermediário, conectando a política doméstica com o sistema internacional, desafiando a visão monádica de Waltz que ignora essas interações mais complexas (KUMAR, 2023, p. 115).

Além disso, ao abordar a aplicação da Sociologia Histórica no contexto das sociedades pós-coloniais, partindo do conceito de realismo subalterno de Mohammed Ayoob, surge a necessidade de uma reconceitualização da metodologia da Sociologia Histórica, centrando-se nas particularidades dos sistemas políticos dos Estados pós-coloniais e na complexidade das múltiplas anarquias que caracterizam o sistema internacional (KUMAR, 2023, p. 119). Essa abordagem crítica desafiaria a universalidade implícita nas teorias eurocêntricas oferecendo uma possibilidade de análise mais matizada das relações entre o local e o global, reconhecendo a intertextualidade entre a anarquia sistêmica e as hierarquias de poder nos Estados pós-coloniais.

Stephen Hobden (2002), em seu trabalho sobre a Sociologia Histórica nas Relações Internacionais, já havia destacado que essa abordagem permite superar a visão presentista que muitas vezes permeia as análises no campo, ao introduzir uma compreensão mais complexa e integrada da evolução dos sistemas políticos e sociais globais. Nessa perspectiva, o autor ressalta que a Sociologia Histórica nos auxiliaria no processo de compreender como as estruturas de poder e as práticas sociais foram moldadas ao longo do tempo, em vez de serem vistas como dadas e imutáveis, corroborando a compreensão de Kumar (2023).

George Lawson (2012) também reforça essa perspectiva, argumentando que a Sociologia Histórica é um instrumento crucial para incorporar processos de transformação social e política em diferentes contextos históricos. Ele observa que essa abordagem é particularmente útil para analisar fenômenos como o surgimento e a evolução do Estado moderno, a colonização e a descolonização, e as dinâmicas de poder entre o Norte e o Sul globais. Lawson destaca que a Sociologia Histórica

oferece ferramentas analíticas essenciais para compreender como as dinâmicas internacionais são moldadas por processos históricos específicos, desafiando as narrativas dominantes que frequentemente ignoram essas complexidades.

No entanto, a Sociologia Histórica também enfrenta limitações importantes que não podem ser ignoradas. Uma das críticas centrais à Sociologia Histórica é sua dependência de teorias macrossociológicas, que muitas vezes priorizam análises de larga escala em detrimento das nuances e das variações contextuais em níveis mais específicos de análise. Essa abordagem macrossociológica pode obscurecer as dinâmicas locais e as particularidades que são cruciais para uma compreensão completa dos fenômenos internacionais. Além disso, a dificuldade de comparação entre casos é outra limitação significativa. A Sociologia Histórica, ao focar em análises históricas detalhadas e contextualmente específicas, enfrenta desafios ao tentar generalizar ou comparar casos que possuem contextos históricos, culturais e políticos distintos. Isso pode levar a dificuldades na aplicação prática dos conceitos desenvolvidos pela Sociologia Histórica em estudos comparativos, limitando seu alcance e aplicabilidade em um campo globalizado e diversificado como as Relações Internacionais. Sobre essas questões, abordaremos na próxima sessão possibilidades metodológicas que buscam lidar com tais fragilidades aqui descritas.

Apesar dessas limitações, a integração da Sociologia Histórica nos estudos de História das Relações Internacionais é fundamental. Essa abordagem oferece uma base sólida para uma análise mais rica e contextualizada das dinâmicas globais, permitindo que os pesquisadores compreendam as relações internacionais não apenas como fenômenos atemporais e descontextualizados, mas como processos profundamente enraizados em contextos históricos específicos. Ao superar as tendências do cronofetichismo e do tempocentrismo, a Sociologia Histórica possibilita uma compreensão mais crítica e abrangente das dinâmicas internacionais. Assim, a Sociologia Histórica se destaca como uma abordagem indispensável para o estudo das Relações Internacionais, fornecendo as ferramentas teóricas necessárias para entender as complexidades do sistema internacional em sua totalidade histórica e cultural.

A Questão das Fontes Primárias e o Desenho de Pesquisa na Sociologia Histórica

Nos anos de 1990 o sociólogo John H. Goldthorpe travou um debate acadêmico acirrado com Michael Mann nas páginas do periódico *The British Journal of Sociology* (GOLDTHORPE, 1991, 1994; MANN, 1994). Goldthorpe, representante da terra da Rainha de uma sociologia estática, irá apontar para uma distinção crucial entre as disciplinas da História e da Sociologia no que diz respeito ao entendimento e ao papel das evidências empíricas utilizadas por cada uma destes dois campos. Ademais, argumentou o sociólogo, essas diferenças teriam um impacto fundamental para a forma que a história estaria sendo utilizada por sociólogos. Defensor de uma investigação sociológica formalista e quantificável, Goldthorpe critica a ênfase dada por Mann aos processos históricos e sua análise histórica-comparada enquanto caminhos de compreensão do social.

Um ponto importante apontado por Goldthorpe diz respeito à intrínseca relação do campo da História com a investigação a partir das fontes primárias, temática essa, segundo o autor, sensível para muitos sociólogos (principalmente aqueles/as conectados a explicações macrossociológicas) que, muitas das vezes, não se engajam em pesquisa documental. Para além disso, Goldthorpe aponta para uma dificuldade inerente das fontes primárias de gerarem explicações plausíveis aos problemas sociais devido ao caráter finito destas, uma vez que, geralmente, as fontes primárias são escassas, incompletas e revelam, muitas das vezes, apenas uma visão parcial da realidade social. Assim, a sociologia estática, defende o sociólogo, teria contribuições significativas para a compreensão da realidade por apresentar alternativas metodológicas capazes de lidar com tais fraquezas típicas da investigação histórica. A Sociologia, aponta Goldthorpe, seria capaz de identificar novas evidências a partir de pesquisa de campo, algo negado à História.

Por fim, Goldthorpe realiza um questionamento importante ao identificar a dificuldade inerente de condução de pesquisa em fonte primária por parte de macrossociólogos que, pela própria natureza de suas pesquisas, lidam com um recorte temporal significativo, ultrapassando, muitas das vezes, a unidade de um século. O levantamento e análise de documentação primária de um período histórico amplo tornaria, evidentemente, insustentável qualquer pesquisa científica. A busca

por pesquisa baseada apenas em fontes secundárias, comum a alguns trabalhos da Sociologia Histórica (Skocpol, 1984b), apresentaria, de acordo com o Goldthorpe, uma fragilidade do campo. Dessa forma, conclui o autor, a Sociologia Histórica estaria, ao invés de buscar evidências sobre a realidade, pautando-se em interpretações de terceiros sobre esta mesma realidade, o que levaria à questionamentos importantes: "(...) qual relato secundário deve ser aceito? Quais critérios o sociólogo histórico deve optar por uma de duas, ou mais, interpretações conflitantes?" (GOLDTHORPE, 1991, p. 223).

Contrapondo-se a Goldthorpe, Michael Mann reforça o caráter positivista de seu crítico, apontando para o excesso de uma visão naturalista sobre a realidade empírica e, consequentemente, os fatos, afirmando – a partir de uma tradição historicista alemã, tendo em Max Weber um autor de referência – que a realidade só pode ser compreendida a partir do esforço interpretativo dos agentes que buscam dotar de sentido o processo histórico. Não haveria, assim, sentido passível de ser encontrado para além da ação interpretativa. Por isso que para Mann há uma relação simbiótica entre a teoria e os dados da realidade; o que fará com que ele defenda um modelo zig-zag, onde o movimento 'da teoria para a empiria' e da 'empiria para a teoria' torne-se uma realidade concomitante e constante na vida de um sociólogo – "Precisamos de teorias para dar sentido e organizar sistematicamente os nossos dados (e precisamos de bons dados para avaliar as nossas teorias" (MANN, 1994, p. 42).

Theda Skocpol (1984b) irá afirmar que o uso de fontes primárias e de fontes secundárias (produzidas por historiadores que se basearam nas primeiras) são as bases empíricas da Sociologia Histórica, embora reconheça que há muitos trabalhos no campo que se utilizam, apenas, das secundárias. Contudo, em termos de área do conhecimento, a SH se caracterizaria, assim como a História, pela forte presença de pesquisas documentais. Uma grande diferença se encontraria, obviamente, no recorte histórico utilizado na coleta. Para a Sociologia Histórica, preocupada com os movimentos históricos de ruptura e mudança, a coleta de fontes primárias estaria temporalmente restrita a estes eventos, cerceando o tempo e escopo da coleta documental. Enquanto as demais temporalidades teriam sustentação a partir de fontes secundárias.

A conscientização da importância e do papel das fontes primárias para a investigação de caráter histórico, juntamente com o uso interpretativo das ferramentas teórico-conceituais, torna-se uma das contribuições mais significativas da Sociologia Histórica ao campo das História das Relações Internacionais. A negação das fontes primárias, pela Sociologia Histórica, distanciaria essa da História das Relações Internacionais; enquanto, do outro lado, a negação dos conceitos e teorias como instrumentos interpretativos da realidade empírica, pela História das Relações Internacionais, distanciaria essa da Sociologia Histórica.

Tendo abordado os motivos pelos quais se desenvolveu uma suposta oposição entre Sociologia e História, caberia questionar por que, em muitos dos casos, conforme apontado por Fernand Braudel (2009), sociólogos e historiadores realizam uma conversa, ou um diálogo, "entre surdos".

Muito das disputas realizadas entre sociólogos e historiadores ocorrem por simplificações e mal entendimentos realizados por ambos os lados. Norbert Elias (2001), por exemplo, irá criticar grande parte dos historiadores por apresentarem uma leitura objetivista da realidade social, onde, devido a suposta imparcialidade do historiador, este apenas estaria relatando fatos/acontecimentos históricos. Contudo, este tipo de abordagem historiográfica pertence a apenas uma corrente, a positivista (BARROS, 2011), herdeira do Iluminismo, e que fora, ao longo do século XIX, dominante. Outras correntes historiográficas, como o historicismo alemão ou a Escola dos Annales, apresentam uma visão da História bem semelhante à Sociologia.

Do outro lado, historiadores como os próprios Peter Burke e Fernand Braudel, herdeiros da Escola dos Annales, pressupõem, em grande medida, que a busca por generalizações por parte dos sociólogos seria, ainda, a proposta de Comte das leis universais, ignorando diferentes tradições sociológicas, como a de Weber, que tem por preocupação central a singularidade dos fenômenos, negando qualquer possibilidade de universalidade causal. Por fim, vale ressaltar as palavras de Fernand Braudel (2009, p. 92-93) sobre a relação entre Sociologia e História: "Há falsas polêmicas, assim como há falsos problemas. (...) Na verdade, há sempre uma história que pode concordar com uma sociologia".

Ainda sobre a influência de Max Weber no desenvolvimento da Sociologia Histórica (cf. KALBERG, 1994), um número significativo de trabalhos produzidos pelo campo são devedores do desenho de pesquisa weberiano, ao qual a pesquisa

comparativa (sendo essa entre dois ou mais casos empíricos ou entre um único caso em contraposição ao tipo ideal) torna-se uma ferramenta de investigação fundamental. Embora comum à Sociologia, esse desenho de pesquisa ainda se demonstra tímido no campo das Relações Internacionais.

De acordo com Weber (2016) a pesquisa na sociologia compreensiva, historicamente fundamentada, busca a identificação, a partir da comparação, das circunstâncias causais únicas de cada dos fenômenos históricos, mas também das circunstâncias causais recorrentes entre estes fenômenos. Essa distinção entre as possibilidades de investigação causal levou Raymond Aron (2008, p. 744) a denominar a primeira de 'causalidade histórica' e a segunda de 'causalidade sociológica'. Dessa forma, uma investigação histórica-comparada busca, a partir da contraposição de diferentes casos, elencar as particularidades explicativas de cada um (causalidade histórica) e as recorrências causais apresentadas entre elas (causalidade sociológica), sendo essa recorrência um fator epistemologicamente não-universal, distanciando assim a obra de Weber do positivismo nas Ciências Sociais[4].

Considerações Finais

Este trabalho destacou a relevância da Sociologia Histórica como uma abordagem metodológica capaz de enriquecer a análise das Relações Internacionais, como um todo, mas também em como a Sociologia Histórica pode ser vista enquanto uma abordagem de pesquisa importante e válida para a tradição da História das Relações Internacionais, de grande impacto para o campo no Brasil. Ao longo do texto, discutimos como essa perspectiva oferece uma compreensão mais profunda das dinâmicas globais ao integrar elementos históricos nas análises sociológicas, superando as limitações das teorias tradicionais, que muitas vezes se prendem ao cronofetichismo e ao tempocentrismo. Ao mesmo tempo em que oferece ferramentas teórico-conceituais, muita das vezes conectadas a uma tradição epistemológica reflexivista, que colaboram com a compreensão dos processos históricos.

[4] "Não há, portanto, uma determinação unilateral do conjunto da sociedade por um elemento, seja ele o econômico, o político ou o religioso. Max Weber concebe as relações causais da sociologia como relações parciais e prováveis. São relações parciais no sentido de que um fragmento dado na realidade torna provável ou improvável um outro fragmento. (...) As relações causais são parciais e não globais; comportam um caráter de probabilidade, e não de determinação necessária" (ARON, 2008, p. 753/54).

A Sociologia Histórica das Relações Internacionais desafia as abordagens convencionais ao questionar o uso descontextualizado da história nas Relações Internacionais, propondo, em vez disso, uma análise que reconhece a história – e o processo histórico – como um componente dinâmico e central para a compreensão das relações de poder no sistema internacional, combatendo ativamente, assim, o predomínio de leituras reificantes sobre as relações internacionais. Como destacado por Jaime Pastor, essa abordagem tem o mérito de questionar paradigmas dominantes, trazendo a história de volta ao primeiro plano e revalorizando o papel da força e do poder militar em um contexto que vai além do realismo tradicional.

Entretanto, a Sociologia Histórica não está isenta de limitações. A dependência de teorias macrossociológicas pode dificultar a captura das nuances contextuais e culturais necessárias para uma análise mais detalhada. Neste sentido, é salutar movimentos recentes que buscam fundamentar análises socio-históricas das Relações Internacionais a partir das contribuições oferecidas por Norbert Elias (2011a, 2011b), em sua busca por uma síntese entre a macro e microssociologia (cf. LINKLATER, 2011, 2017). Além disso, a dificuldade em comparar casos específicos, devido às particularidades históricas e culturais, representa um desafio significativo para a generalização e aplicação dos conceitos dessa abordagem em estudos comparativos, que, como apresentado, pode ser superado a partir de metodologias histórico-comparativas, como aquela inspirada a partir dos trabalhos de Max Weber. Apesar dessas limitações, a integração da Sociologia Histórica nos estudos de História das Relações Internacionais é essencial. Essa abordagem permite uma análise mais rica e contextualizada das dinâmicas globais, superando as simplificações e generalizações excessivas que muitas vezes caracterizam as abordagens tradicionais. A Sociologia Histórica, ao incorporar uma visão multifatorial e crítica, não só enriquece a análise das Relações Internacionais, mas também promove uma renovação teórica que amplia os horizontes da disciplina.

Por fim, ao unir as perspectivas histórica e sociológica, a Sociologia Histórica oferece uma lente analítica para entender as complexidades do sistema internacional, fornecendo as bases teóricas necessárias para uma análise mais completa e contextualizada das dinâmicas globais. Como demonstrado no decorrer do texto, a importância dessa abordagem reside em sua capacidade de desafiar e transformar as narrativas estabelecidas, promovendo uma visão mais crítica e integrada das

Relações Internacionais, capaz de adaptar-se para acompanhar as constantes alterações do cenário internacional.

Bibliografia

ABRAMS, Philip. **Historical Sociology.** Ithaca: Cornell University Press, 1982.

ADLER, Emanuel. Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics**. European Journal of International Relations**, v. 3, n. 3, p. 319-363, 1997.

ALONSO, Angela; GUIMARÃES, Nadja. Entrevista com Charles Tilly. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, pp. 289-297, 2004.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002[1962].

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

ASHLEY, Richard K. The Poverty of Neorealism. **International Organization,** v. 38, n. 2, p. 225-286, 1984.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Vol. II, Os Primeiros Paradigmas: Positivismo e Historicismo. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BENDIX, Reinhard. **Nation-Building and Citizenship:** Studies of Our Changing Social Order. Berkeley: University of California Press, 1977.

BIGO, Didier. Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease. **Alternatives**, v. 27, n. 1, p. 63-92, 2013.

BIGO, Didier; WALKER, R.B.J. International, Political, Sociology. **International Political Sociology**, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2007.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BOLDA, Bruna dos Santos; MACHIAVELLI, Marieli; PRÓSPERO, Suellen Oliveira Duarte Ramos. Max Weber no Século XXI: Entrevista com Stephen Kalberg. **Em Tese**, v. 18, n. 1, pp. 127-136, 2021.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

BUZAN, Barry. **From International to World Society?** English School Theory and the Social Structure of Globalisation. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CAMPBELL, David. **Writing Security**: United States Foreign Policy and the Politics of Identity. Manchester: Manchester University Press, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

COHEN, Jere; HAZELRIGG, Lawrence; POPE, Whitney. De-Parsonizing Weber: A Critique of Parsons' Interpretation of Weber's Sociology. American Sociological Association, v. 40, n. 2, pp. 229-241, 1975.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

DELANTY, Gerard; ISIN, Engin F. **Handbook of Historical Sociology.** London: Sage Publications, 2003.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: Investigação sobre a Sociologia da Realeza e da Aristocracia de Corte. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. Processos de Formação de Estados e Construção de Nações. In: **Escritos & Ensaios**: Vol. I, Estado, Processo e Opinião Pública. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Volume 1, Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2011a.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Volume 2, Formação do Estado e Civilização Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2011b.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

FFCL. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Universidade de São Paulo), 1939-1949**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1953.

FREUND, Julien. **Sociologie de Max Weber.** Paris: Presses Universitaires de France, 1975.

FRIEDRICHS, Jörg. **European Approaches to International Relations Theory**: A House with Many Mansions. London: Routledge, 2004.

FROST, Mervyn. **Ethics in International Relations: A Constitutive Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

GOLDTHORPE, John. The Uses of History in Sociology: Reflections on Some Recent Tendencies. **The British Journal of Sociology**, v. 42, n. 2, pp. 211-230, 1991.

GOLDTHORPE, John. The Uses of History in Sociology: A Reply. **The British Journal of Sociology**, v. 45, n. 1, pp. 55-77, 1994.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

HOBDEN, Stephen. **Historical Sociology of International Relations.** Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HOBSON, John. What's at Stake in 'Bringing Historical Sociology Back into International Relations'? Transcending 'Chronofetishism' and 'Tempocentrism' in International Relations. In: HOBDEN, Stephen; HOBSON, John (Org.) **Historical Sociology of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002a.

HOBSON, John. The Two Waves of Weberian Historical Sociology in International Relations. In: HOBDEN, Stephen; HOBSON, John (Org.) **Historical Sociology of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002b.

HOBSON, John M.; LAWSON, George. What is History in International Relations? **Millennium: Journal of International Studies**, v. 37, n. 2, p. 415-435, 2008.

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations. **Dædalus**, v. 106, n. 3, pp. 41-60, 1977.

HOLEINDRE, Jean-Vicent. Raymond Aron e a Sociologia das Relações Internacionais. **Relações Internacionais**, v. 35, p. 35-45, 2012.

HOLEINDRE, Jean-Vincent. Le concept de raison d'État chez Raymond Aron. **Études Internationales**, v. 43, n. 1, p. 35-54, 2012.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

KALBERG, Stephen. **Max Weber's Comparative-Historical Sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

KUMAR, Sanjeev. **Decolonizing Grand Theories**: Postcolonial Ontology, Historical Sociology and Mid-level Theories in International Relations. Springer Nature, 2023.

LACHMANN, Richard. **What is Historical Sociology?** Cambridge: Polity Press, 2014.

LAWSON, George. Historical Sociology in International Relations: Open Society, Research Programme and Vocation. **International Politics**, v. 44, n. 4, pp. 343-368, 2007.

LAWSON, George. The eternal divide? History and international relations. **European Journal of International Relations**, v. 18, n. 2, p. 203-226, 2012.

LAWSON, George; SHILLIAM, Robbie**.** Sociology and International Relations: Legacies and Prospects. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 23, n. 1, p. 69-86, 2010.

LEBOW, Richard Ned (Org.). **Max Weber and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

LINKLATER, Andrew. **The Problem of Harm in World Politics**: Theoretical Investigations. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

LINKLATER, Andrew. **Violence and Civilization in the Western States-System**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

MANN, Michael. In Praise of Macro-Sociology: A Reply to Goldthorpe. **The British Journal of Sociology**, v. 45, n. 1, pp. 37-54, 1994.

MANN, Michael. **The Sources of Social Power:** Volume II, The Rise of Classes and Nation-States, 1760-1914**.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

MENDONÇA, Bruno Macedo. Sociedade Internacional: A Construção de um Conceito. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, pp. 5-22, 2012.

MERLE, Marcel. **Sociologia das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

MOORE, Barrington. **Social Origins of Dictatorship and Democracy**: Lord and Peasant in the Making of the Modern World**.** Boston: Beacon Press, 1966.

MORELI, Alexandre; FROIO, Liliana Ramalho; TOMAS, Luah; BARBOSA, Igor Palma. O Ensino de História das Relações Internacionais no Brasil: Perspectivas e Ausências. **Carta Internacional**, v. 17, n. 2, pp. 1-33, 2022.

PASTOR, Jaime. **La Sociología Histórica y Sus Dimensiones.** Madrid: Editorial Complutense, 2006.

ROSENBERG, Justin. International Relations in the Prison of Political Science. **International Relations**, v. 30, n. 2, pp. 127-153, 2016.

SKOCPOL, Theda. **Estados e Revoluções Sociais**: Análise Comparativa da França, Rússia e China. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

SKOCPOL, Theda. Sociology's Historical Imagination. In: SKOCPOL, Theda (Org.) **Vision and Method in Historical Sociology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984a.

SKOCPOL, Theda. Emerging Agendas and Recurrent Strategies in Historical Sociology. In: SKOCPOL, Theda (Org.) **Vision and Method in Historical Sociology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984b.

VERNANT, Jacques. **Vers une Sociologie des Relations Internationales.** *Politique étrangère*, v. 17, n. 4, 1952.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System**: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**.** New York: Academic Press, 1974.

WATSON, Adam. **The Evolution of International Society**. London: Routledge, 1992.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

WÆVER, Ole. The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations. **International Organization**, v. 52, n. 4, p. 687-727, 1998.

Recebido em Outubro de 2024
Aprovado em Março de 2025